

exemplo: em 1965, A. C. descreveu as "inquietações na poesia de Drummond" de maneira tão abrangente que se tornou difícil dizer, da obra passada e futura do poeta, algo que não estivesse pelo menos sugerido nesse estudo. Enfim, fazer o elogio de A. C. é chover no molhado e por isso paro por aqui.

Perrone - Maizis, Sayla  
Inútil poesia e outras ensaias  
breves. (Companhia das Letras, 2000)

## Que fim levou a crítica literária?\*

Falar de crítica literária, hoje, soa como antiquado. *Crítica* não é mais uma palavra muito usada pelos teóricos da literatura. A crítica foi uma atividade muito exercitada e muito respeitada nos tempos modernos, você ainda deve estar lembrado. Hoje, em tempos ditos pós-modernos, ela anda um pouco anêmica, reduzida ao rápido resenhismo jornalístico, necessário mas não suficiente.

O programa do 5º Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Rio de Janeiro, agosto de 1996) tem a palavra *crítica* em um de seus tópicos: "Práticas e instâncias canônicas: teoria, crítica e historiografia literária". A crítica, assim como a teoria e a historiografia, aí aparece não mais como uma prática auto-definida por seu próprio nome, mas caracterizada como "prática e instância canônica". Considerando-se a desconfiança que hoje inspira tudo o que é canônico, podemos aquilatar todos os problemas

\* Comunicação apresentada no 5º Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, Rio de Janeiro, UFRJ, agosto de 1996. Publicado em *Mais!*, Folha de S. Paulo, 25/8/1996.

atuais dessa prática e todas as dúvidas que pairam quanto à sua legitimidade, oportunidade ou mesmo possibilidade de existência.

A pauta do próximo Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada (Leiden, Holanda, agosto de 1997) representa um excelente termômetro para tomar a temperatura dos debates atuais. Se examinarmos o programa desse congresso veremos que as sete principais seções não contêm a palavra *crítica* nem em seus títulos, nem em suas descrições. O tema geral do congresso é "Literatura como memória cultural". Na parte relativa aos objetivos do congresso, lemos que este pretende enfatizar "o papel que representa a literatura como depositária da cultura". Essa função, que "parecia antes tão evidente", suscita agora as seguintes perguntas: "Quais são exatamente os fenômenos culturais preservados na e através da literatura? A literatura é, às vezes, freqüentemente ou sempre um meio de promover a tradição, a continuidade, ou mesmo a permanência? Isso é uma boa coisa? Ou seria, pelo contrário, uma razão para pôr em causa a literatura (e/ou a estética em geral)?"

Considerada apenas como "memória", a literatura fica atrelada a palavras como *depositária, preservação, tradição, continuidade, permanência*, não sendo pois de estranhar que a pergunta seguinte seja: "Isso é uma boa coisa?", e a hipótese levantada seja de "pôr em causa" essa coisa. Ora, o conceito de literatura com que a crítica literária moderna lidou, nos últimos dois séculos, mesmo consideradas todas as suas variantes, não tinha esse componente de conservadorismo, de imobilismo e de mero serviço prestado à memória cultural que aí se enfatiza.

O que se vê claramente nessas formulações é a minimização da literatura, aí enfocada como apenas uma das formas da cultura (forma de cuja eficácia se duvida), a redução de sua função à de memória coletiva, e a diluição de seu estudo no contexto mais vasto

dos "estudos culturais". A crítica literária, que lidava com uma literatura concebida ela mesma como crítica, transformadora, inovadora, revolucionária, utópica, corre assim o risco de perder, juntamente com seu objeto, sua razão de ser e sua conveniência. Será a crítica uma boa coisa?

Não se trata, aqui, de negar a utilidade e a oportunidade dos "estudos culturais". Trata-se de defender o espaço dos estudos especificamente literários. O "culturalismo" que atinge a área literária, e não apenas ela, ameaça substituir as disciplinas especializadas por um ecletismo destituído de qualquer rigor na formação dos pesquisadores e na formulação de conceitos e juízos. Quanto à literatura, se esta se dilui na "cultura", passa a ser vista apenas como expressão, reflexo, sintoma, e perde sua função de crítica do real e proposta indireta (estética) de alternativas para o mesmo.

A diminuição evidente dos debates sobre a "crítica literária" é significativa do estado agonizante dessa atividade. Um colóquio sobre a teoria e a crítica literária atuais, realizado na Itália em 1990 (Romano Luperini, ed., *Teoria e critica letteraria oggi*, Milão, Franco Angeli, 1991), pretendia fazer um balanço das últimas três décadas. O balanço se parece mais com a inspeção de um campo devastado, em que se recolhem alguns restos talvez ainda aproveitáveis. A contracapa diz que "a crítica literária está em busca de uma nova identidade". Mas nada indica que essa "nova identidade" se esteja configurando. Pelo contrário, o que aí se verifica e se discute é a pulverização dos estudos literários. O título do colóquio já contém a expressão "conflito das poéticas". Percorrendo as comunicações, encontramos referências à "balcanização do objeto literário" (Wladimir Kryszynski, p. 141), ao "humanismo desiludido", à perda da compreensão da obra particular e do juízo de valor, à "desagregação da crítica" (Sandro Briosi, pp. 200, 206 e 214), à multiplicação e ao relativismo (Pasquale Voza, p. 345).

Um número especial da revista espanhola *Insula* (nº 587-8, Madri, 1995) colocava em seu título a pergunta: *Hacia una nueva crítica?* As tentativas de resposta revelavam as mesmas dúvidas expressas no colóquio italiano. No artigo de apresentação, Miguel Casado afirma: “A crise da crítica é apenas uma zona dentro de uma ferida mais extensa e geral: a que se pergunta sobre a verdade da linguagem literária, sobre a dimensão cognitiva de toda linguagem, seus limites e contradições” (p. 3). Em outro artigo, César Nicolás fala da decadência geral da crítica: “A crítica das últimas décadas definha, carente de grandes individualidades e talentos”; e da decadência da crítica universitária, “cadeia de produção em série, saída da maquinaria acadêmica que, na falta de proteínas, engorda o currículo com lipídios e gorduras” (pp. 8-9).

Na verdade a crítica, como foi observado por vários teóricos de nosso século, sempre esteve em crise. A atual crise da crítica começou há cerca de um século e está ligada à “exquise crise” da literatura detectada e aguçada por Mallarmé, crise que se inscreve num contexto filosófico maior: crise do sujeito, crise da representação, crise da razão, crise da metafísica, crise dos valores, crise do humanismo, enfim, crise de tudo aquilo em que se esteavam a instituição literária e o exercício da crítica.

Os efeitos dessa crise geral na crítica literária foram objeto de uma intensa reflexão no anos 50 e 60, quando, em vários países, se fez o balanço da crítica moderna. Nessas décadas foram numerosos os debates e polêmicas sobre a crítica. A grande *História da crítica moderna* (*A history of modern criticism*), de René Wellek, publicada em 1955, aparece-nos agora como a celebração e o réquiem dessa prática em vias de desaparecimento.

Nos anos 50 discutiu-se o *new criticism* e, nos 60, a *nouvelle critique*. Mas esses debates concerniam aos métodos críticos, e não punham em dúvida a validade da crítica em geral. Delineava-se

então uma separação nítida entre uma crítica universitária especializada e uma crítica diletante, artista ou impressionista; entre os que defendiam a necessidade de uma teoria literária e os que a isso se opunham. No interior da crítica universitária, desencadearam-se polêmicas relativas aos métodos: o historicismo e o filologismo, de um lado, e as ciências humanas, de outro.

A verdadeira crise da crítica não a ameaçava do interior dela mesma, onde se davam essas querelas. A verdadeira crise que se esboçava era a da própria literatura. Em 1948, em seu famoso ensaio “O que é a literatura?” (“Qu’est-ce que la littérature”, *Situations II*, Paris, Gallimard, 1948), Sartre já encarava a possibilidade do desaparecimento da mesma: “Nada nos garante que a literatura seja imortal [...] afinal, a arte de escrever não está protegida pelos decretos imutáveis da Providência” (p. 316).

A crise da literatura é também uma crise do livro. A palavra impressa em livro tornou-se algo arcaico perante os novos meios de comunicação. Entretanto, não é o livro que está ameaçado. Mais do que as mutações tecnológicas elas mesmas, que não excluem a arte de escrever e editar livros, podendo até renová-la, foram as mudanças de visão do mundo, de motivações e de comportamento trazidas por essas novas técnicas que tornaram obsoleta a prática da literatura. O próprio modo de ser da pós-modernidade é avesso à concentração, ao isolamento e à paciência exigidos pela leitura. No discurso de inauguração da Feira de Frankfurt, em 1992, Octavio Paz se referia a esse “mal-estar da literatura” e à “desafeição pela leitura” (“Éloge de la négation”, Paris, *Le Monde*, 1/10/1992).

Se adotarmos alegremente o modo de ser pós-moderno, podemos continuar a escrever e a ler livros, mas abraçaremos uma concepção da literatura diversa daquela que imperou desde o século XVIII e abandonaremos, em conseqüência, a idéia de “crítica” que

desde então a acompanhava. A crítica, como seu próprio nome indica, supõe julgamento (*krínein*). Claro está, desde Kant, que se trata aí de juízo reflexivo e não de juízo determinante. O julgamento estético supõe valores consensuais, mesmo que estes sejam provisórios. O mesmo Kant dizia que, se não se pode provar o bom fundamento dos julgamentos estéticos, há no entanto pessoas capazes de fornecer argumentos, e comprovar assim certa autoridade nesse terreno. Os críticos são aqueles que fornecem argumentos em apoio a seus julgamentos. Ora, inexistindo na pós-modernidade critérios de julgamento e hierarquia de valores consensuais, a atividade crítica torna-se extremamente problemática. A desconfiança na estética como disciplina idealista e elitista, a proliferação de critérios particulares e o questionamento do “grande relato” que constitui a história literária ocidental solapam as bases de qualquer crítica.

A principal discussão teórica da atualidade se trava em torno do cânone, como podem comprovar a produção teórica da última década e os temas dos congressos literários desse período. Se a autoridade institucional e a razão foram seriamente abaladas pelo romantismo, o gosto, como consenso de uma elite, continuou sendo implicitamente um critério respeitado até meados do século XX, quando a comunidade dos literatos se referia, sem grandes dissensões, ao mesmo cânone da “alta literatura”. Até então todos, velhos ou novos críticos, universitários ou não, tinham a literatura e seus representantes canônicos na mais alta estima.

A desconstrução do Centro e dos princípios em que se baseavam o estabelecimento e a defesa do cânone abriu caminho para as propostas de revisão baseadas em critérios extraliterários: reivindicações de grupos (as chamadas minorias) ou de nações (as antigas colônias). É curioso que essas reivindicações não tenham vindo no sentido da abolição de qualquer cânone, o que seria mais condizen-

te com a recusa de um Centro, mas no sentido da exclusão de autores e obras anteriores, e da inclusão forçada de outros autores e obras nesse mesmo cânone.

Cânone, como o próprio nome indica, é algo de sagrado e consagrado. A origem do cânone, como se sabe, é religiosa. A história do cânone ocidental começa no Renascimento como a listagem dos Pais da Literatura, análoga à dos Padres da Igreja. Essa listagem se mantém mais ou menos a mesma do século XVI ao XVIII, sob o nome de tradição. Desde o século XVIII, o cânone sofreu profundas revisões, baseadas no conceito de “gênio” e na valorização do novo. Desde então, o cânone ficou aberto, mas nem por isso ficou escancarado.

Reconhecendo, com Kant, que o único critério canônico era “um longo assentimento”, a durabilidade da estima (ou, como diz Borges, “uma longa imortalidade”), o cânone mantinha-se aberto a novas inclusões, mas estas necessitavam de apoio argumentativo e de tempo para legitimar-se. Ora, o que agora se reivindica na guerra do cânone é a consagração imediata, o que, uma vez mais, torna absolutamente supérfluo o conceito de cânone.

A canonização imediata dos antigos excluídos e as exclusões correlatas são exigidas em nome do “politicamente correto”, e poucos são os que têm a coragem de mostrar o quanto isso interessa à criação e ao fortalecimento de novas áreas de poder dentro das instituições de ensino, em particular as universitárias. Áreas de poder que, como tais, põem-se logo a brigar entre si, tornando o cânone — que, por definição, é uno e consensual — cada vez mais duvidoso.

Ora, não pode existir crítica literária se não houver um conjunto de valores estéticos reconhecidos e, por conseguinte, um cânone de referência. Não pode mais existir crítica se não houver um conceito forte de literatura, tal como houve durante os dois últimos séculos e como ainda havia na alta modernidade literária. Para os

modernos, a literatura não era mera depositária da tradição, conservadora de formas e idéias peremptas, ou divertimento inócuo destinado a concorrer com os CD-ROM e os *video games*. Era forma de conhecimento, exercício da liberdade, crítica do real, mito verdadeiro, utopia, projeto. E a crítica literária, sua correlata, era diálogo, ampliação da leitura, extensão do saber e da ação da obra.

Talvez agora seja o momento de rever o trabalho de desconstrução efetuado nas últimas décadas. Rever não significa renegar nem voltar atrás, mas avaliar o novo momento e as novas estratégias por ele exigidas. Propostas como a da morte do sujeito, do descentramento, da escritura e da crítica-escritura (que eu mesma teorizei e defendi nos anos 70) tiveram efeitos positivos. Elas puseram em xeque as autoridades opressoras, abriram caminho para novos gêneros, para as literaturas emergentes e a cultura de massa. Mas essas propostas também tiveram efeitos perversos: foram assimiladas como criatividade espontânea, como dispensa de qualquer competência ou formação, como irresponsabilidade autoral, como desprezo pela tradição e pela alta cultura. Além disso, a generalização anônima do texto, a abolição de gêneros e hierarquias servem aos interesses da informática, da globalização econômica e da indústria cultural, que necessitam de produtos transnacionais com rótulos novos, uma espécie de “moda mix” na cultura e nas artes.

Quanto à velha literatura, talvez seja o momento de reler a conclusão de Sartre, no ensaio acima citado: “[A arte de escrever] é o que os homens fazem dela, eles a escolhem escolhendo-se a si mesmos. Se ela estivesse fadada a se tornar pura propaganda ou puro divertimento, a sociedade recairia no lodo da vida sem memória dos himenópteros e dos gastrópodes. É claro que isso não é muito importante: o mundo pode passar muito bem sem a literatura. Mas pode passar ainda melhor sem o homem”.

Note-se que alguns dos próprios criadores, voluntários ou involuntários, dos conceitos pós-modernos acima referidos atentaram para os riscos dos usos desses conceitos e esboçaram ou esboçam um movimento de retração ou resistência. Não foi por acaso que Barthes, já em 1977, na aula inaugural do Collège de France (*Aula*, São Paulo, Cultrix, 1980), retomou a palavra *literatura* para celebrá-la como *máthesis* (lugar de saberes) e *mímesis* (lugar de “fulgor do real”). Ao insistir na “responsabilidade da forma”, ele estava assim prosseguindo seu longo e tenso diálogo com Sartre, iniciado com *O grau zero da escritura*, nos anos 50. À sombria previsão-advertência de Sartre, relativa à possibilidade do desaparecimento da literatura, Barthes respondia, na *Aula*, que era preciso teimar, afirmar o Irredutível da literatura, “agir como se ela fosse incomparável e imortal”.

Lyotard é muito citado entre nós a partir de *A condição pós-moderna* (*La condition postmoderne*, Minuit, 1979). Ora, em *O pós-moderno explicado às crianças* (*Le postmoderne expliqué aux enfants*, Galilée, 1986), ele retifica muitas das afirmações da obra anterior; explica que ali estava expondo um estado de coisas que de modo algum o alegrava (“Eu não proponho um partido intelectual, eu escrevo seu *Tombeau*”, p. 114); que houve um desfalecimento do projeto moderno ao qual é preciso resistir (p. 64); que o trabalho das vanguardas modernas foi importantíssimo, que esse trabalho “salva a honra do pensamento, se não da humanidade” (p. 114). E aponta os riscos do pós-moderno: o “ecletismo cínico” (p. 18), “o qualquer coisa” (*le n’importe quoi*), o “relaxamento” (p. 23), o multiculturalismo como “mercadoria turística e cultural” (p. 63). Sua proposta é que o pós-moderno deveria prosseguir o trabalho de *perlaboração* iniciado pelas vanguardas modernas: “Se abandonarmos tal responsabilidade, é certo que nos condenaremos a repetir sem nenhum deslocamento a ‘neurose moderna’” (p. 125).

A mesma ênfase na responsabilidade, isto é, na ética, se encontra nos últimos trabalhos de Derrida, o qual, tendo visto todos os efeitos indesejáveis de sua teoria da desconstrução, trata agora dos "indesconstrutíveis" (a justiça, os direitos humanos) e dedica-se a resgatar o que não deve ser desconstruído em Marx, Freud, Lacan. Quanto à literatura, suas referências sempre foram as do cânone da modernidade: Lautréamont, Mallarmé, Joyce, Artaud.

Esse estado de coisas pós-moderno, que atingiu o ensino da literatura, nos leva agora a pensar em nossa responsabilidade como intelectuais, críticos e professores. Talvez seja o momento de nos deslocar, com relação à *dóxa* triunfante, a *dóxa* pós-moderna. Deslocar-se, dizia Barthes, pode ser "abjurar o que se escreveu (mas não, forçosamente, o que se pensou) quando o poder gregário o utiliza e serviliza" (op. cit., p. 27). Deslocar-se não é voltar atrás, para manter imutáveis os valores e métodos do passado, mas reavaliá-los, elaborar novos conceitos e novos discursos adequados à situação presente. Será que, ao efetuarmos a liquidação sumária da estética, do cânone e da crítica, não jogamos fora, com a água do banho, uma criança que se chamava Literatura?

## Consideração intempestiva sobre o ensino da literatura\*

Os problemas atuais do ensino da literatura decorrem da situação incerta em que se encontra a própria literatura neste fim de século, época que se convencionou chamar de pós-moderna. No momento atual a literatura está sendo questionada em sua produção e em sua recepção, encontrando-se ameaçada em seus próprios fundamentos. Como atividade autônoma, a literatura data de meados do século XVIII. Como instituição e matéria de ensino, ela alcança o auge de seu prestígio no período que vai do início do século XIX até meados de nosso século. Seu prestígio decorria, então, de uma determinada concepção da cultura, que implicava a estima consensual pelas humanidades e a valorização da tradição escrita. Essa tradição estava sacramentada num cânone, fundamentado em determinados valores, o qual orientava a organização dos programas e dos manuais escolares.

Entretanto, desde o fim do século passado, quando o lugar social e institucional da literatura parecia ainda assegurado, os

\* *Incidências*, nº 1, Lisboa, Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa, 1999.